

*Dívida Externa*

# de Sarney ao FMI.

*Brasil garante que honrará seus compromissos, mas não admite recessão.*

# Dívida: o hábil recado

Fontes do governo ressaltam a importância do discurso de segunda-feira: o Brasil

Para categorizada fonte do Ministério da Fazenda, o presidente José Sarney não poderia ter sido mais enfático em seu pronunciamento de segunda-feira quanto à área externa, pois em Washington, paralelamente, uma importante missão brasileira desenvolvia a etapa final das negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A fonte salientou que o presidente foi "muito hábil" ao destacar que "honrará os compromissos e acordos firmados internacionalmente", com a ressalva de que não admitirá mais recessão para o País.

Essa posição, acrescentou a fonte, revela a insistência do governo em deixar garantido o espaço de que o País necessita para crescer e está afinada com a proposta levada pelos técnicos brasileiros. O crescimento de 5 a 6% na economia, como salientou Sarney (veja também na página 3), foi também discutido com o FMI, que ouviu dos representantes do País a certeza de que está garantido e é irreversível.

A esse propósito, o economista Rudiger Dornbusch, consultor do Banco Mundial, afirmou ontem no Rio que o Brasil é um país-chave na América Latina e poderá sofrer grandes transformações políticas, contrárias aos interesses dos Estados Unidos, se não conseguir manter uma taxa de crescimento anual de 4 a 5%. Dornbusch considera que a insistência do governo norte-americano em modificar a legislação bancária que impede a capitalização dos juros da dívida externa poderá jogar o Brasil numa recessão.

Contudo, segundo outra fonte do Ministério da Fazenda que participou da missão que chega hoje dos Estados Unidos, o bom comportamento da atividade industrial (cerca de 7 a 8% comparada com igual período do ano passado), a boa safra agrícola, com destaque para o café, já garantem o bom nível de atividade econômica, que o País irá registrar este ano. Nem que o Fun-

do queira, salientou, será possível produzir uma recessão este segundo semestre no País.

Na avaliação de um assessor do ministro da Fazenda, a missão que chega hoje ao Brasil cumpriu bem o seu papel. Mas uma alteração com relação ao aumento de arrecadação teve de ser feita. O pacote econômico baixado pelo presidente Sarney para reduzir à metade o déficit de caixa de Cr\$ 109 trilhões, previa um aumento bruto de receita de cerca de Cr\$ 17 trilhões, que na realidade ficou fechado em Cr\$ 16,2 trilhões.

Outro ponto positivo apresentado ao FMI foi a expectativa do governo de zerar o déficit dos Estados e municípios para com a União. Esse déficit foi estimado para este ano em Cr\$ 2,6 trilhões e poderá ser anulado com o repasse de Cr\$ 5 trilhões que ainda será feito este semestre. Como a transferência desses recursos ao FPEM é automática, o governo não pode bloqueá-los por ser inconstitucional. A previsão é de que os Estados liquidem esses débitos.

Além da previsão de zerar o déficit da Previdência Social de Cr\$ 4,2 trilhões até o final do ano, eles levaram ainda a possibilidade de obter um superávit de Cr\$ 1,5 trilhão. Esses recursos, "de certa forma reservados" — explicou a fonte — seriam usados na mesa de negociação onde melhor pudessem ser encaixados. Mas ocorre que, esse superávit Cr\$ 1,5 trilhão já se transformou em Cr\$ 400 bilhões, em função do repasse de Cr\$ 600 bilhões da cota da Previdência (parcela relativa à participação na venda de combustíveis) que terão de ser repassados até o final do ano.

A retenção que está sendo feita é ilegal e não pode ser sustentada até dezembro, salientou o técnico. Os outros Cr\$ 500 bilhões também já teriam sido destinados para outros fins, sobrando apenas Cr\$ 400 bilhões, que não podem ser considerados superávit, representam apenas "margem de segurança".